

**CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA  
E DO ADOLESCENTE - CEDCA**

**ATA DA 263ª ASSEMBLÉIA ORDINÁRIA  
REALIZADA em 04 de fevereiro 2010.**

Aos quatro dias do mês de fevereiro de dois mil e dez, às quinze horas, na sua sede, situada à Rua Correia de Araújo número noventa e três, no bairro das Graças – Recife/PE é realizada a ducentésima sexagésima terceira assembléia ordinária do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. Registre-se a presença dos seguintes conselheiros (as) Maria Madalena Peres Fucks, titular da Cidade Evangélica dos Órfãos; Gênova Maria Silva, Titular da Associação Santa Clara; Maria de Fátima Menezes da Silva, titular do Centro de Atendimento Lar do Bem Te Vi; Maria de Aparecida do Nascimento, titular do Centro de Desenvolvimento Comunitário de Serra Talhada; Maria de Lourdes Viana Vinokur, titular da Associação Portadora de Direitos Especial- PODE; José Rufino da Silva, titular e Eliezer Cipriano Tenório, suplente do Centro de Estudos e Desenvolvimento Social- CEDES; Francisco de Assis A. Oliveira e Eudes de Freitas Moraes, titular e suplente da Associação Social Paróquia de Palmares; Ana Lúcia Mota Vianna Cabral, titular da Secretaria de Planejamento e Gestão; Rosa Maria Lins de Albuquerque Barros Correia, titular e suplente Danielle de Belli Claudino do Gabinete do Governador; Zanelle Gomes Alencar e Daniel Ferreira de L. Filho, Titular e suplente da Secretaria de Defesa Social; José Fernando da Silva, suplente da Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos; Adriana da Silva Baltar, titular da Secretaria de Saúde; Ana Coelho Vieira Selva, titular da Secretaria Estadual de Educação; Félix Guedes Aureliano da Silva, titular da Secretaria de Juventude e Emprego. Também estiveram presentes: a diretora executiva do CEDCA/PE, Ana Célia Cabral de Farias; os técnicos Józema Pinto Moura de Araújo, Eliane Mamede, Adne Kelly Mafrá e convidados: João Cardoso, Profissional Liberal, Marluce Mercês, SEACAD; Nivaldo Pereira, CEDES, Maria Cristina Mendonça e Eleonora Pereira, Casa de Passagem. A plenária é coordenada pela Presidente, Rosa Barros, que submete a pauta ao colegiado que a aprova, posteriormente lidas e aprovadas as Atas 261ª Assembléia Ordinária e 96ª

Assembléia Extraordinária. Foi justificada a ausência do Secretário Estadual de Educação Sr. Danilo Cabral, devido a outros compromissos e ficando para próxima Assembléia extraordinária que será dia 10/02/2010. Relato do pedido de vista dos Conselheiros Madalena Fucks, Gênova da Silva, Lourdes Vinokur e Fátima Menezes em relação ao Plano Estadual de Reordenamento dos Sistemas Protetivo e Socioeducativo do Estado de Pernambuco, O Pleno delibera pelas seguintes recomendações ao Plano Estadual em referência: Na 262ª Assembléia Ordinária, realizada no dia 05/11/09, na discussão sobre a primeira versão do Plano Decenal de Reordenamento dos Sistemas Protetivo e Socioeducativo do Estado de Pernambuco, recomenda-se a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos fazer o desmembramento do Plano apresentado, sendo um específico para a área socioeducativa e outro para a protetiva. Recomendação, infelizmente, não acatada pela Secretaria por ocasião da entrega da segunda versão. Na 260ª Assembléia Ordinária, realizada em 10/09.09, o Sr. Rodrigo Pellegrino, Secretário Executivo da SEJUDH, Sr. Rodrigo Pellegrino, apresenta que está sendo implantado o Sistema Estadual de Proteção a Pessoa Humana com o serviço de atendimento inicial para os programas de proteção em funcionamento (Programa de Apoio e Proteção a Testemunhas, Vítimas e Familiares de Vítimas da Violência/PROVITA; Programa de Proteção à Criança e ao Adolescente Ameaçados de Morte/PPCAAM e Programa Estadual de Proteção aos Defensores Humanos). Considera que mesmo não sendo exclusiva para o PPCAAM, a iniciativa contribuirá muito para a proteção a vida das crianças e adolescentes ameaçados de morte enquanto a equipe do programa analisa se o caso atende aos critérios estabelecidos para ingresso no mesmo. Constata-se que se faz necessário justificar melhor a proposição de incluir o PPCAAM na área protetiva, desvinculando-o de um sistema que integra programas que estão começando a fortalecer a interlocução. Estando a FUNASE vinculada diretamente ao Secretário da Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, e principalmente tendo em vista a complexidade e fragilidade do atendimento socioeducativo em meio fechado, o encaminhamento do Plano pela SEACAD simboliza que, ainda, a temática não está na agenda de prioridades da referida Secretaria e do Governo do Estado. Assim, em observância a recomendação deste Conselho Estadual, neste primeiro momento, a **análise estará direcionada a área socioeducativa** (terceira parte do plano), considerando: a) que o Estatuto da Criança e do Adolescente introduz significativas mudanças na política de atendimento à infância e à adolescência no país. Elimina a prática de políticas de corte vertical, centralizado e deslocado do contexto das realidades locais. Portanto, o adolescente em conflito com a lei não pode ser tratado por políticas assistencialistas, mas deve ser oferecida atenção integrada e prioritária; b) que o processo pedagógico das Unidades de Atendimento Socioeducativo deve oferecer espaço para que o adolescente reflita sobre os motivos que o levaram a praticar o ato infracional, não devendo, contudo, estar centrado no cometimento da infração (Volpi, 1997). Antes deverá contribuir no sentido de dar novo significado à vida do adolescente possibilitando a construção de seu projeto de vida distanciada das alternativas anti-sociais. Segundo Vera Verneck, a “função da educação é fazer com que o homem cresça nos valores imanescentes à sua condição humana. Não se pretende fazer com que o homem adquira valores exteriores através da imposição e da opressão, mas busca-se fazer com que o

CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Rua Correia de Araújo, 93 - Graças CEP 52011-290 Recife - PE Tel. (81) 3184 7000

CNPJ 10.5710982/0001-25 [www.cedca.pe.gov.br](http://www.cedca.pe.gov.br) - [cedca@cedca.pe.gov.br](mailto:cedca@cedca.pe.gov.br)

indivíduo se transforme em pessoa, ou seja, que se torne consciente de seu valor”.<sup>1</sup>

Os adolescentes sob medida socioeducativa precisam, enfim, ter oportunidades de reconstruir valores numa perspectiva de direitos. Para que isso ocorra, no entanto, é fundamental que esses valores sejam conhecidos e vivenciados durante o atendimento socioeducativo, superando-se práticas, ainda corriqueiras, que resumem o adolescente ao ato a ele atribuído. **Quanto ao Plano:** a) Monitoramento e Avaliação: Redefinir os indicadores (taxas) propostos, tendo em vista que os mesmos não são suficientes para aferir os impactos, a efetividade e de resultados do atendimento realizado. b) Marco Situacional: A projeção da população a ser atendida no ano de 2015 não tem consistência e não considera outras variáveis, inclusive contrapõem aos resultados e estimativas de redução dos índices de violência no Estado, apresentados pelo Governo, por meio das ações realizadas pelo Pacto pela Vida. A informação sobre o tempo de permanência na Internação Provisória precisa estar na agenda de articulação do CEDCA e FUNASE junto ao Ministério Público e Tribunal de Justiça. Assim, solicita-se que a FUNASE encaminhe, por Unidade, uma planilha detalhando o número de adolescentes com tempo de permanência acima de 45 dias na Internação Provisória. Metas: Qual resolução do CEAS define o investimento apresentado na Meta I. A prioridade realmente se confirmará se estiver como ação no PPA e não prevista no Conselho. A não ser que apenas simbolize a possibilidade de transferência de recursos do governo federal. Nesse caso, os municípios podem fazer a interlocução direta. As metas III e IV não têm pertinência no Plano, devem constar na estrutura de funcionamento da Secretaria. Não há nenhuma projeção de implantação de Unidades Socioeducativas com Gestão Compartilhada, por meio de estabelecimento de parcerias com a sociedade civil. Experiências exitosas atendimento mais humanizado, com resultados significativos de redução na reincidência e de número de rebeliões, como apresentados pela Fundação CASA/SP, demonstram que se faz necessário implantar diferentes modelos no Estado. O princípio da descentralização e regionalização do atendimento não está amparado em nenhum critério. Percebe-se apenas um cálculo simples de subtração do total de atendidos pelas Unidades já existentes e o número máximo estabelecido pelo SINASE. Novamente, a lógica é pela adequação. É importante verificar o município de origem dos adolescentes atendidos e verificar a real demanda de cada região, bem como qual o número que efetivamente pode favorecer um atendimento individualizado. A Fundação CASA, por exemplo, entendeu que cada Unidade deveria ter, no máximo, 56 adolescentes, sendo 40 na internação e 16 na internação provisória, por possibilitar melhor gestão e acompanhamento pedagógico. As Unidades Socioeducativas estão superlotadas e esse é o principal argumento para a pouca qualidade no atendimento realizado. Sem maiores justificativas, a proposição de construção de novas unidades e a reforma de outras comparadas à população atual já é para trabalhar com a capacidade máxima de atendimento. Dessa forma, o título do Plano não pode ser afirmativo: plano de reordenamento do atendimento socioeducativo (...). Eixos Estratégicos: O item 1.5 do eixo 1 não está adequado como marco normativo do Plano, deve constar na estrutura de funcionamento da Secretaria. Percebe-se a ausência do detalhamento da Proposta Pedagógica, da Gestão e do Plano Individual de Atendimento/PIA no item 2.2 do Atendimento. A construção de Planos Municipais está totalmente equivocada no Plano Estadual, pois cabe aos municípios apenas a execução de programas de medidas socioeducativas em meio aberto. Matriz Operacional: As questões levantadas

anteriormente vão estar contidas e/ou embasando a definição de vários objetivos e atividades. Entende-se que é fundamental, primeiro, definir o QUE, COMO, ONDE, PORQUE e AONDE SE QUER CHEGAR para se fazer os detalhamentos. Uma das reclamações das equipes das Unidades é que a centralização das decisões na sede administrativa dificulta muito a resolução de problemas no local. Então, o Plano não apresenta nada sobre a estrutura/organograma de funcionamento. A Fundação CASA, por exemplo, para de fato consolidar a descentralização criou as Divisões Regionais, estruturadas fisicamente nas regiões e responsáveis pelo acompanhamento a número x de unidades. Também não há o detalhamento de como estará constituído o Programa Pedagógico, dentre outras questões. As atividades 2.2.1, 2.2.2 e 2.2.3 não respondem e nem estão adequadas para o cumprimento do objetivo 2.2. A atividade 2.2.5 está solta e a mesma é colocada porque o conjunto do Plano não responde as questões levantadas no item “e”. Realizar concurso público para a Defensoria Pública (2.2.6) não está sob a competência da FUNASE. A atividade 2.2.8 está muito aberta e fica ainda mais desorientada quando se verifica os responsáveis. As atividades 3.1.1 e 3.1.2 já estão contidas na implementação do SIPIA-SINASE. Os responsáveis pela implantação e divulgação do SIPIA-SINASE (3.1.5) são o Poder Judiciário/Vara da Infância, a FUNASE e os programas de execução de medidas socioeducativas em meio aberto. Conforme competência/atribuição legal, os responsáveis pela atividade 3.4.3 devem ser os CONSELHOS e não da SEACAD/SEDAS. O objetivo 4.2 e seu desdobramento não cabem no Plano. Deve constar em planejamento específico da SEACAD. Os resultados esperados com a promoção de ações de qualificação conjunta e continuada dos recursos humanos que atuam na execução das medidas socioeducativas (4.3) são tão frágeis. Melhorar os serviços/atendimento, com certeza, será mais significativo. O CEDCA já definiu que o apoio e fortalecimento das medidas socioeducativas em meio aberto não ocorrerá por seleção de projetos e sim pelo critério de demanda de adolescentes para o meio fechado. Portanto, já existem outras modalidades sendo aplicadas no Estado atualmente (5.2). **Orçamento:** Nem com muito esforço dá para entender e aceitar a planilha orçamentária da área socioeducativa em meio aberto. Custo elevadíssimo para a ação de monitoramento. O cálculo aproximado é de 50% do investimento para monitorar e 50% para co-financiar a execução direta. Está sendo prevista uma máquina do estado muito pesada e desnecessária para o serviço. Identifica-se a prioridade da ação para o Governo quando se analisa o orçamento. No item de investimento, por exemplo, o Governo do Estado entrará apenas com os 10%. Não há sequer uma Unidade proposta ser construída com recursos do tesouro estadual. Sabe-se que o Governo federal não vai financiar as 10 Unidades no prazo previsto, portanto, a proposta de reordenamento estrutural, nos termos apresentados, está fadada a não concretude. **Recomendações:** a) Criar um grupo de trabalho interinstitucional, constituído por representantes do CEDCA, da FUNASE, da Secretaria de Educação, da SEACAD, do CEAS e do Ministério Público para realizar visitas às experiências exitosas da Fundação CASA, com destaque para aquelas que adotam a gestão compartilhada, e após dar continuidade à discussão sobre as propostas a serem consolidadas no Plano Estadual. (VISITAS EM MARÇO). b) Realizar um seminário estadual, após a realização das visitas a São Paulo, para continuar aprofundando sobre o processo de reordenamento do atendimento socioeducativo, contando com a presença de representantes da Fundação CASA, com a participação de representantes do Sistema de Garantia de Direitos, das Secretarias Estaduais, do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Fundação de Atendimento Socioeducativo/FUNASE. (ABRIL/MAIO).

CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Rua Correia de Araújo, 93 - Graças CEP 52011-290 Recife - PE Tel. (81) 3184 7000

CNPJ 10.5710982/0001-25 [www.cedca.pe.gov.br](http://www.cedca.pe.gov.br) - [cedca@cedca.pe.gov.br](mailto:cedca@cedca.pe.gov.br)



c) O reordenamento deve considerar adequações nas instalações físicas e, principalmente, construir uma proposta pedagógica que possibilite o atendimento personalizado e que os adolescentes tenham oportunidade de re-construir seus projetos de vida, através da participação em atividades pedagógicas (esportivas e culturais), escola formal, formação profissional e acompanhamento psicossocial e d) Que no Plano Estadual tenha a definição de execução do atendimento Socioeducativo em meio fechado com gestão compartilhada. A plenária delibera que as recomendações aprovadas sejam encaminhadas para o Secretário de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos Dr. Roldão Joaquim, como também se definiu uma comissão de trabalho composta pelos conselheiros Rosa, Fernando, Gênova, Fátima, Madalena e Eliezer para organizar uma visita as Unidades Socioeducativas da Fundação Casa, em São Paulo. Ao término da visita a mesma comissão organizará um Seminário para discutir o plano de Reordenamento, articulando com outros atores como o Conselho Estadual da Assistência Social. Com relação ao Edital 2010 que já tinha sido aprovado em dezembro/09, aprovaram-se as alterações e o Jurídico foi encarregado de sistematizar e enviar para o e-mail dos conselheiros até o dia 07/02/10. Passa a palavra para representante da casa de Passagem Eleonora e Cristina que fizeram a explanação do projeto aprovado pela União Européia, informando que o projeto Rede Cidadã está atuando nos Municípios de Moreno, Camaragibe, Paulista, Olinda e região metropolitana do Recife, a representante ficou de enviar por e-mail este projeto para os conselheiros. A presidente elogia o projeto e agradece a presença da Casa de Passagem. Em relação às Resoluções foram lidas e aprovadas as seguintes: Resolução 24/2009- que dispõe sobre a educação escolar dos Adolescentes privados de liberdade nos Centros Socioeducativo de internação e internação provisória sob a responsabilidade da FUNASE. Resolução 25/2009 – dispõe sobre a necessidade das escolas públicas e privadas definirem estratégias e ações nas áreas de prevenção e combate ao Bullying escolar. A Resolução 27/2009 - dispõe do trabalho terapêutico junto ao usuário de drogas, criança e do adolescente, foi lida após debate foi concluída que deveria ser ampliada com as demais Secretarias e conselhos envolvidos logo ficaram para posterior aprovação. A Câmara Temática de Medidas Socioeducativas e Protetivas solicita que seja encaminhado ofício à FUNASE com pedido de esclarecimentos referente às Obras da Unidade Garanhuns para a FUNASE, que procedimento foi dado para derrubar os muros da citada Unidade, bem como solicita esclarecimentos sobre as medidas legais tomadas pelo CEDCA sobre a empresa CEDEPE que não cumpriu todas as ações previstas na licitação para organização da VIII Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente E QUE, PORTANTO, deve fazer a devolução de recursos ao FEDCA/PE. A presidente Rosa esclarece: que já foram tomadas as medidas cabíveis enviando Ofício para Tribunal de Contas e Secretaria de Administração para que a referida empresa fique suspensa por cinco anos de trabalhar com Órgãos Públicos. O Pleno deliberou que o CEDCA forneça declaração para os prestadores de serviço do CEDEPE que trabalharam na VIII Conferência de Direito da Criança e do Adolescente desde que solicitado pelos mesmos. Entra em discussão a eleição da nova presidência do CEDCA, foram lançadas as chapas e a sociedade civil não chegou a um consenso sobre o nome a presidência do ano vigente, logo se estabeleceu a eleição por votação secreta sendo eleita Rosa Barros- Presidente, Madalena Fucks – Vice-Presidente e Ana Lucia Mota V. Cabral – Vice-Presidente. Após o resultado a presidente agradeceu a confiança para a recondução do mandato. Devido à eleição para Presidência do CEDCA, não houve os relatos das

**CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

Rua Correia de Araújo, 93 – Graças CEP 52011-290 Recife – PE Tel. (81) 3184 7000

CNPJ 10.5710982/0001-25 [www.cedca.pe.gov.br](http://www.cedca.pe.gov.br) - [cedca@cedca.pe.gov.br](mailto:cedca@cedca.pe.gov.br)

224 Câmaras Temáticas e Informes. A presidente Rosa Barros agradece a presença de  
225 todos, encerrando a Assembléia às 18h40min. (dezoito horas e quarenta minutos).  
226 Para constar, esta Ata foi lida e aprovada e será assinada pela Presidente.

227

228 **Rosa Maria Lins de Albuquerque Barros Correia**

229 Presidente do CEDCA/PE

230

231

232

233